

O contexto agrário em Guarapuava, PR: uma leitura a partir dos conceitos de espaço e território

El contexto agrario en Guarapuava (estado de Paraná, Brasil): una lectura de los conceptos de espacio y territorio

The agrarian context of Guarapuava (Paraná State, Brazil): a reading using the concepts of space and territory

Tatiane Leal Bastos

thatyxleal@gmail.com

Universidade Estadual de Maringá

Sergio Fajardo

sergiofajardo@hotmail.com

Universidade Estadual do Centro-Oeste

Resumo: O presente trabalho busca analisar o espaço rural do município de Guarapuava, PR, realizando um breve resgate das transformações econômicas e sociais ocorridas no campo nas últimas décadas, para compreender como essas mudanças interferiram na vida dos agricultores familiares. Além disso, aborda as relações econômicas e sociais presentes em alguns pontos da área rural do município de Guarapuava, PR, para verificar a atuação da agricultura moderna e familiar no município e, assim, identificar quais as dificuldades, alternativas e perspectivas que os pequenos produtores familiares possuem no contexto da modernização agrícola com relação ao aspecto econômico e social. Tal análise permitiu compreender as transformações no contexto agrário de Guarapuava.

Palavras-chave: Contexto Agrário. Espaço e território. Modernização agrária. Agricultura familiar.

Abstract: This paper analyzes the rural municipality of Guarapuava, PR, and provides a brief overview of the economic and social transformations that have occurred in the area over the past decades in order to understand how these changes interfered in the lives of family farmers. Furthermore, it addresses the economic and social relations present in some parts of the rural area of Guarapuava, to verify the performance of modern agriculture and households in the municipality, and thereby identify the problems, alternatives and perspectives that small producers have relative to the context of agricultural modernization in the economic and social contexts. This analysis allowed us to understand agrarian changes in Guarapuava.

Keywords: Agricultural context. Space and territory. Agrarian modernization. Family farm.

Resumen: Este estudio tiene como objetivo el análisis del espacio rural en Guarapuava, estado de Paraná (Brasil). Una breve caracterización de los cambios económicos y

sociales en el campo durante las últimas décadas ha permitido comprender cómo estos cambios interfieren en la vida de los agricultores familiares. Por otra parte, el texto se ocupa de identificar las relaciones económicas y sociales en partes de la zona rural de Guarapuava, PR, involucradas en el desempeño de la agricultura moderna y familiar en el departamento, y por lo tanto, ha permitido identificar además de las dificultades las perspectivas alternativas de los pequeños productores familiares en el contexto de la modernización de la agricultura, principalmente en que refiere a lo económico y social. Este análisis nos ha permitido comprender por tanto las transformaciones en el contexto agrario Guarapuava.

Palabras clave: Contexto agrícola. Espacio y territorio. Modernización agraria. Agricultura familiar.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é o resultado do desenvolvimento de dois projetos de pesquisa, ambos a partir da análise do espaço rural do município de Guarapuava, PR, e região, os quais abordam os dois “extremos” da realidade agrária brasileira: de um lado, o latifúndio e o agronegócio; e de outro, as pequenas propriedades e comunidades rurais.

O objetivo deste estudo é compreender a estrutura do espaço rural do município de Guarapuava, em seus aspectos econômicos e sociais, e os elementos que influenciaram em sua atual configuração, além de identificar quais as dificuldades, alternativas e perspectivas que os pequenos produtores possuem no contexto da modernização agrícola. A dinâmica dos processos que envolvem os diversos sujeitos sociais (como agricultores familiares, grandes produtores e agentes corporativos do chamado agronegócio) foi também foco da preocupação do presente estudo.

Para tanto, foram realizadas entrevistas com gerentes de empresas do município de Guarapuava, com a finalidade de compreender o processo de agroindustrialização no município e identificar as principais estratégias territoriais das agroindústrias destas empresas para obterem sucesso em seu processo produtivo; além disso, foram feitas coletas de informações referentes às empresas através dos seus *sites*.

Para analisar a agricultura familiar no contexto da modernização agrária, do município de Guarapuava, foram coletados dados e informações de órgãos como: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) e a EMATER, Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural. Além disso, foram efetuadas visitas às feiras agroecológicas realizadas na cidade e entrevistas e conversas informais com os pequenos produtores e técnicos da área, participantes da feira, para compreender a visão dos mesmos em relação à modernização do campo e às perspectivas e alternativas da agricultura familiar no município.

Tendo em vista que as transformações econômicas e espaciais ocorridas no campo, devido ao processo de modernização, afetaram significativamente os aspectos sociais, culturais e naturais do espaço rural, faz-se necessária a realização de um estudo sobre o processo de modernização no campo e a situação das sociedades rurais, de como estes sujeitos se comportam e sobrevivem diante do processo no município de Guarapuava.

A partir de uma discussão teórico-conceitual referente à análise do rural no Brasil, e adotando como conceitos espaço, território e territorialidade, busca-se compreender o espaço como palco das manifestações sociais, observadas por meio da transformação do mesmo em função da espécie humana.

No espaço rural, as transformações possibilitam a constituição de territórios e territorialidades, conceitos que podem servir como instrumentos analíticos da configuração atual do espaço rural brasileiro.

Em seguida, o trabalho apresenta um breve estudo a respeito do processo de evolução e modernização das técnicas produtivas do campo, destacando as principais influências e transformações econômicas que esse processo causou no espaço rural.

Neste sentido, foi realizado um breve resgate histórico em torno das transformações econômicas e sociais ocorridas no campo no decorrer dos anos, para compreender como tais mudanças interferiram na vida do camponês¹ e no próprio processo de desenvolvimento da agricultura familiar.

Além disso, foi realizada uma análise teórica sobre a agricultura familiar no contexto da modernização agropecuária, trazendo discussões a cerca do conceito de agricultura familiar, suas características, especificidades, e suas alternativas de permanência e vivência no espaço rural.

Por fim, o trabalho retrata alguns aspectos da realidade agrária do município de Guarapuava, trazendo uma análise das relações econômicas e sociais presentes em alguns pontos da área rural do município de Guarapuava, usando como categoria analítica os conceitos de território e territorialidade, no sentido de verificar a atuação da agricultura moderna e familiar no município e, assim, identificar quais as dificuldades, alternativas e perspectivas que os pequenos produtores familiares possuem no contexto da modernização agrícola dentro do município e da região.

A APLICABILIDADE DOS CONCEITOS DE ESPAÇO, TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE COMO CATEGORIAS ANALÍTICAS DO ESPAÇO RURAL BRASILEIRO

O conceito de espaço é, sem dúvida, um dos mais importantes no processo analítico das áreas geográficas. Ele promove a compreensão da configuração de um determinado espaço, delimitando-o e atribuindo-lhe características e peculiaridades.

Observa-se que o espaço, além de um conceito, representa uma ferramenta analítica para a compreensão de uma determinada localidade, concedendo-lhe referências e demarcações, tornando-o espaço de fenômenos e representações distintas, as quais o caracterizam. De acordo com Fajardo (2008):

Definir o “rural” no espaço não é tarefa simples, já que envolve diversas visões relativas à superação das ideias tradicionais que opõem o rural e o urbano. Do ponto de

¹ A origem do conceito de camponês está relacionada à realidade da Idade Média europeia, mas a formação do campesinato brasileiro guarda as suas especificidades. Aqui, o campesinato é criado no seio de uma sociedade situada na periferia do capitalismo e à margem do latifúndio escravista (MARQUES, 2008, p. 60).

vista da produção econômica em conjunto, esta, muitas vezes, desconsidera as diferenças entre os espaços (rural e urbano), no entanto, há, sim, especificidades (como aquelas relacionadas à funcionalidade da divisão do trabalho ou às características da maior ou menor presença de elementos naturais) que não podem ser desconsideradas. (FAJARDO, 2008, p. 182).

Marques (2002), ao realizar um ensaio sobre as principais mudanças do espaço rural e sua relação com o espaço urbano, aborda vários autores, com pensamentos, afirmações e estudos distintos no que se refere ao espaço rural.

Utilizando das afirmações de Veiga (2002), a autora supracitada observa que esse autor defende a viabilidade econômica do espaço rural, buscando superar a concepção do mesmo como sinônimo de atraso, tomando como exemplo os países desenvolvidos. Para Veiga, a principal e mais eficaz atividade econômica do espaço rural seriam os patrimônios cultural e natural, sendo que o aspecto natural funciona como meio de atração, por apresentar elementos que a cidade é incapaz de oferecer, tais como ar puro, bonitas paisagens e contato com animais. Esses elementos atraem investimentos da indústria do lazer para o espaço rural, deslocando a base da economia rural da exportação de produtos para a oferta de serviços e importação de pessoas, dinheiro público e renda urbana.

Considerando a atual conjuntura do espaço rural no Brasil, cuja predominância econômica está no agronegócio, e as afirmações feitas por Veiga, observa-se que o espaço rural sempre aparece como espaço a ser “consumido” pela sociedade, seja através da exploração de recursos, seja pelo próprio ambiente.

Observa-se que as transformações ocorridas no campo – principalmente nas últimas décadas, após sua modernização – são decorrentes do capitalismo, atribuindo ao espaço rural características econômicas do espaço urbano. No entanto, o rural se diferencia do urbano devido a sua profunda relação com a terra, o que para o urbano muitas vezes significa apenas um viés econômico.

Sendo assim, o espaço rural apresenta-se diferente do espaço urbano em diversos aspectos, pois possui modos de sociabilidade, cultura e sistemas de produção próprios. No entanto, no Brasil, vemos ultimamente tais aspectos um tanto alterados, apresentando, principalmente, na esfera econômica, influências do espaço urbano.

Com a inserção da indústria no campo, que, segundo Mazzali (2000), teve seu início em meados da década de 1960, com a consolidação dos Complexos Agroindustriais², as agroindústrias começaram a dominar a esfera econômica do espaço rural brasileiro, dando início à constituição de uma territorialidade agroindustrial no campo.

Nesse sentido, a territorialidade pode ser constituída por diversos elementos, independente de uma “estrutura física”. O que constitui, na verdade, a territorialidade são os elementos que nela atuam, conforme consideram Saquet e Briskievicz (2009), ao admitirem a territorialidade como uma tentativa de um grupo ou indivíduo de influenciar ou controlar pessoas e fenômenos em uma determinada área delimitada pelo grupo social

2 Que corresponde à maior articulação entre agricultura, indústria produtora de insumos, e também à indústria processadora de matéria prima agrícola (MAZZALI, 2000).

dominante. Com isso, essa territorialidade seria uma territorialidade de classificação, comunicação e aprisionamento ou controle, tendo o território como um espaço utilizado para conter, restringir ou excluir pessoas, coisas e relacionamentos.

Segundo Suertegaray (2001):

Esta flexibilização do conceito permite tratar de territorialidades como expressão da coexistência de grupos, por vezes num mesmo espaço físico em tempos diferentes. Trata-se de uma dimensão do espaço geográfico que desvincula as relações humanas e sociais da relação direta com a dimensão natural do espaço, extraíndo deste conceito a necessidade direta de domínio, também dos recursos naturais, como expressa-se na concepção clássica de território. [...] Nestas territorialidades, a apropriação se faz pelo domínio do território, não só para a produção, mas também para a circulação de uma mercadoria (SUERTEGARAY, 2001, p. 6).

Fajardo (2008) afirma que uma das estratégias empresariais de multinacionais e cooperativas, na construção de suas territorialidades, é a busca de mercados e áreas com potencial apropriado para expansão, tanto do recebimento da produção como da sua industrialização.

A construção de uma territorialidade ocupada por grandes empresas no espaço rural depende de muitos elementos; nesse sentido, tais empresas necessitam desenvolver estratégias para poder obter sucesso em sua constituição e estabelecimento. Fajardo (2008) aponta que:

No caso de uma estratégia territorial, esta, ao mesmo tempo em que é uma estratégia competitiva (balizadoras de decisões empresariais), traduz a ação material, concreta da empresa no espaço, construindo sua área de atuação, seu recorte territorial (FAJARDO, 2008, p. 234).

O espaço rural brasileiro acabou incorporando características de uma territorialidade econômica extremamente representativa na economia do Brasil e internacional. Com o processo de modernização no campo, e a consolidação dos Complexos Agroindustriais, houve a intensificação da participação do capital rural na economia brasileira, agravando os problemas de ordem social no campo.

Pedrão (2004) relata que:

[...] Desde a década de 1980, o desempenho da economia rural nas exportações do Brasil e a persistência de tensões sociais em torno da propriedade e do controle da terra reacenderam o debate em torno da questão rural, obrigando a ligar a atualidade dos questionamentos à recuperação de seus elementos essenciais. Trata-se de como a sociedade em seu conjunto percebe a questão rural e de como ela entende o papel da dimensão rural na formação social. (PEDRÃO, 2004, p. 820).

Esse processo desencadeou o ressurgimento dos debates em torno da questão rural, pois as transformações ocorridas no espaço rural fizeram-no desvincular-se do aspecto social e de suas características econômicas específicas.

Com isso, as pequenas propriedades, que ainda preservam suas características e especificidades, acabam por representar territórios de resistência, já que há o predomínio das agroindústrias e dos latifúndios no meio rural.

Nessa perspectiva, Haesbaert (2002) observa que:

Assim, numa era em que uma “geofinança” (GOLDFINGER, 1986) volatiliza os espaços na mobilidade pretensamente ilimitada do capital, o espaço nem por isso perde sentido. Ao lado de uma geopolítica global das grandes corporações brotam “micropolíticas” capazes de forjar resistências menores – mas não menos relevantes –, em que territórios alternativos tentam impor sua própria ordem, ainda minoritária e anárquica, é verdade, mas talvez por isso mesmo embrião de uma nova forma de ordenação territorial que começa a ser gestada. (HAESBAERT, 2002, p. 14-15).

As pequenas propriedades que ainda permanecem no espaço rural brasileiro formam territórios alternativos de resistência às ordens majoritárias inseridas no campo. Esses territórios possuem um papel importante na configuração do espaço rural, representam a manifestação da “essência” do rural, de seu modo produtivo, e da permanência da vida social no campo, não considerando o espaço rural apenas como um espaço econômico consumido.

Para Saquet e Sposito (2008),

A territorialidade é uma expressão do poder social, conformando o território. Este é entendido como uma área controlada e delimitada por alguma autoridade, resultado de estratégias de influência social. Há controle social: algumas pessoas atuam controlando outras. A territorialidade considerada como um componente de poder significa uma forma de controle do espaço. (SAQUET E SPOSITO, 2008, p. 17).

A constituição dos territórios de resistência no espaço rural, em geral, parte de um princípio de organização coletiva, na qual, pequenos proprietários, muitas vezes, agricultores familiares, se organizam em associações e promovem o seu estabelecimento no território, tendo-o como meio de sobrevivência e *habitat*.

É por isso que muitas vezes ocorrem conflitos em relação à disputa de terra no campo. Tomando como exemplo o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que promove a luta pelo direito à posse de terra para se estabelecer e viver dela. Estes trabalhadores se agrupam em acampamentos e assentamentos, com o objetivo de se apropriar da terra e ali formar uma comunidade, um território. Heidrich (2004) afirma que o movimento (MST) realizou várias ocupações de modo a pressionar pela realização da reforma agrária, muitas destas coletivas ou autogestionárias.

O MST, como ator social, busca o direito de constituir o seu território, realização de acampamentos, nos quais famílias de agricultores permanecem por longo período até obterem a conquista da terra. Nos assentamentos variam bastante as formas de organização interna, mas se encontram muitas situações de estruturas associativas dentro do espaço rural brasileiro, representando a força de um grupo social que se contrapõe à hegemonia capitalista vigente através de organizações coletivas entre famílias de agricultores, com

histórias de vida distintas, mas, em geral, vividas desde sempre no campo, mesmo entre conflitos e sem poder de fixação territorial.

Para certos grupos sociais o espaço rural representa muito mais do que um simples recurso ou uma ferramenta econômica, a ser utilizada ou consumida; tais grupos exprimem a luta e resistência ao capitalismo no espaço rural, pois possuem ideologias firmadas na constituição de um território de vivência, apego e coletividade, que muitas vezes são herdadas de gerações passadas.

Existem ainda outros grupos sociais, pertencentes ao espaço rural que, tal como o MST, manifestam resistência contra a constituição de uma territorialidade unicamente econômica no campo, assim como as comunidades de agricultores adeptos da produção orgânica e da agroecologia.

Heidrich (2004) afirma que essas comunidades têm um forte vínculo de consciência territorial, possuindo pleno conhecimento de sua existência relacionada à natureza e ao sentido da vida, muitas vezes apresentando rupturas com a territorialidade moderna em prol da resignificação de sua produção, orientadas por um valor ético-ecológico-comunitário, e não único e exclusivamente econômico.

Para esses agricultores, o espaço rural e todos os seus elementos constituintes representam, além de um meio de sobrevivência e *habitat*, um elo da sua espécie com a natureza e demais outras espécies, compreendendo que todos os seres que fazem parte de um mesmo conjunto, estando relacionados uns com os outros, dependem uns dos outros, formando uma “rede” biológica interconectada. Por isso, realizam sua produção de maneira sustentável, sem prejudicar o ciclo natural do ambiente, respeitando todas as formas de vida, para que a sua própria espécie seja preservada. Assim, segundo Heidrich (2004):

A agricultura orgânica ou ecológica é produzida por pequenos produtores, que estruturam sua atividade baseada fundamentalmente no uso intensivo de mão-de-obra. Esses pequenos produtores se organizam (sic) [em] associações locais, que possibilitam o apoio técnico de organizações voltadas para a promoção da agricultura orgânica e sua comercialização. Além da produção local, uma outras atividade importante destas associações consiste na organização de feiras, que além de terem a comercialização por objetivo, também o de divulgação do consumo de produtos orgânicos, prática ecológica e da crítica ao modo de vida tradicional. (HEIDRICH, 2004, p. 61).

Esses agricultores, além de promoverem um meio de produção ético, respeitando a natureza e mantendo o ecossistema original do ambiente em que se vive e se produz, ainda promovem a divulgação deste meio de vida divergente do habitual, através da comercialização de produtos orgânicos e das feiras livres, fornecendo a opção e incentivando as pessoas a consumirem produtos orgânicos, que evidentemente são de melhor qualidade e trazem mais benefícios à saúde.

Deste modo, o território como conceito aplicado ao espaço rural vai muito além de sua dimensão econômica. De acordo com Cunha (2008):

Defini-lo [o território] como uma trama significa dizer que ele é o espaço no qual há uma interação entre aspectos históricos, políticos, culturais e econômicos, e, acrescenta-se, também uma interação homem/natureza que é indispensável, em especial quando se trata de comunidades agrárias. (CUNHA, 2008, p. 50).

O território engloba variáveis que interagem e constroem o espaço, se o espaço é constituído desconsiderando alguma destas variáveis, ele apresentará debilidades, provocando a ocorrência de problemas provenientes da falta de consideração com os elementos que, de acordo com os formadores do espaço, são coadjuvantes.

Se o espaço rural é majoritariamente dominado pelos latifúndios e agroindústrias, estes priorizarão o aspecto econômico, desconsiderando os outros elementos que compõem o espaço rural. Tal processo acaba causando problemas sociais, interferência nos aspectos naturais, culturais, e até mesmo nos aspectos políticos, influenciando o poder político no processo administrativo em favor dos manipuladores do espaço rural. Há, desse modo, uma relação conflituosa entre os atores sociais do campo, moldada por um jogo de interesses no campo político e econômico.

No Brasil, observa-se que o espaço rural ganhou grande representatividade econômica, mantendo o aspecto econômico como prioridade, pois a produção agropecuária moderna representa uma parcela significativa da economia nacional, ultrapassando as fronteiras nacionais, constituindo-se o Brasil como grande polo agroexportador.

Com isso, as pequenas propriedades rurais, dispersas por todo o território nacional, envoltas em suas peculiaridades e realidades locais, enfrentam um problema comum: a constante luta pela permanência em seu território. Como ressalta Haesbaert (2002):

O papel do espaço, hoje indissociável em suas perspectivas “natural” e “social”, pode ser interpretado tanto como “rugosidades”³ ou “constrangimentos”⁴, que redirecionam os processos sociais e econômicos, quanto como referenciais inseridos na vida cotidiana e que perpassam nossas identidades coletivas. Assim, a espacialidade não joga apenas um sentido decisivo na realização das grandes estratégias político-econômicas da modernidade, como pode também corresponder ao *locus* fundamental para a articulação e conformação de territórios alternativos. (HAESBAERT, 2002, p. 81).

Sendo assim, o espaço rural no Brasil hoje pode ser interpretado como um espaço diversificado, onde podem ser encontrados aspectos de tempos passados e ao mesmo tempo características da modernidade, que interferem no direcionamento do cotidiano das pessoas que vivem no espaço rural.

Entende-se que o espaço envolve não somente as táticas políticas e principalmente econômicas, mas também manifesta a oportunidade de promover a criação de territórios alternativos à modernidade inserida no campo. Sob essa perspectiva Saquet e Sposito (2008) observam que:

3 “As rugosidades são o espaço constituído, o termo histórico que se transformou em paisagem, incorporando ao espaço” (SANTOS, M. 1978, P.183).

4 Interferência de elementos territoriais seja de ordem “natural”, ou social, na problemática.

[...] a discussão sobre o território e a territorialidade, efetivando-se o que se convencionou denominar de abordagem territorial. É uma nova forma de ver e compreender o espaço, a sociedade e a natureza, ou a dinâmica socioespacial, destacando-se as redes de circulação e comunicação, as características e a importância da natureza exterior ao homem, as relações de poder e as identidades historicamente constituídas (SAQUET; SPOSITO, 2008, p. 16).

Os conceitos de território e territorialidade proporcionam identificar os elementos formadores do espaço e suas respectivas funções para a produção do espaço rural. As territorialidades são percebidas por meio dos elementos que ocupam e controlam o espaço rural, levando em consideração que as territorialidades não necessariamente estejam embasadas em uma estrutura física, estas podem ser constituídas, como no caso do espaço rural brasileiro, através dos pontos onde se encontram as agroindústrias, por exemplo, que se articulam por objetivos econômicos e constroem a territorialidade agroindustrial.

No espaço rural, podemos aplicar o conceito de território na apropriação do espaço pelos “grupos” de pequenos proprietários rurais, cujo objetivo seria a busca dos recursos naturais da terra para sua sobrevivência e um lugar para morar, vivendo em comunidades rurais, o que os caracteriza pela vivência em coletividade.

Os pequenos proprietários rurais presentes em todo Brasil, ao contrário dos latifundiários e “empresários do campo” – que usam o espaço rural como ferramenta econômica e, muitas vezes, residem nas cidades – além de retirarem da terra o seu sustento, veem o espaço rural como o seu local de origem, a sua residência, constituindo no espaço rural o seu território.

Portanto, observa-se que ao se aplicar os conceitos de espaço, território e territorialidade na análise do espaço rural brasileiro, estes proporcionam a possibilidade de compreender o espaço rural em seus distintos aspectos, focalizando nas diferenças encontradas entre os latifúndios e agroindústrias e as pequenas propriedades rurais, revelando um Brasil rural heterogêneo, que apresenta características da modernidade técnica e econômica, e também os aspectos da vida tradicional rural, que apesar do avanço constante da modernidade, ainda persiste.

A AGRICULTURA FAMILIAR NO CONTEXTO DA MODERNIZAÇÃO DO ESPAÇO RURAL

A prática da agricultura sempre foi essencial para a sobrevivência das civilizações. No Brasil essa atividade já era praticada pelos povos nativos (indígenas), em seguida, historicamente, desde o período colonial, foi desenvolvida pelas populações que se instalaram no território brasileiro, e utilizavam uma agricultura de subsistência. Nesse processo, o índio desempenhou um papel muito importante no desenvolvimento de diversas atividades relacionadas ao manejo da terra, plantio e colheita. Esses povos nativos possuíam conhecimentos importantes sobre o meio ambiente e práticas produtivas sustentáveis, sem mesmo conhecer o conceito de sustentabilidade. A relação do homem com

a terra consistia em adquirir o seu sustento, respeitando e preservando a natureza. Aos poucos as relações e valores foram se modificando e transformando o modo de vida no campo.

“No caso brasileiro, desde o começo existiu um amplo setor agrícola produzindo para exportação e que tinha, à sua frente, uma classe latifundiária relativamente homogênea” (ROMERO, 1998, p. 25).

O Brasil foi marcado, historicamente, por uma exploração latifundiária, sendo que os grandes proprietários concentram a maior parte da terra (GUIMARÃES, 1974). O propósito das grandes monoculturas era aliado aos interesses exportadores, e assim a produção de alimentos para o abastecimento interno não era privilegiada, ficando sob a responsabilidade da produção camponesa/familiar (ANDRADE, 1977; ROMERO, 1998).

No século 20, a introdução do modo de produção industrial no campo brasileiro trouxe diversas transformações no setor agropecuário, principalmente depois do surgimento dos Complexos Agroindustriais. Esse novo modelo de produção agropecuária no Brasil, que era vinculado ao processo de modernização, foi introduzido por meio do aprofundamento da relação entre agricultura e indústria (FAJARDO, 2008), fato que proporcionou diversas mudanças nos aspectos econômicos, territoriais e sociais do país.

Para Pedrão (2004) a produção agrícola sempre teve grande representatividade na economia internacional, mas a nova internacionalização do capital, a partir da produção industrial, passou a controlar a comercialização de insumos e equipamentos agrícolas e até mesmo o consumo da população da área rural. Isso fez com que se ampliasse a participação do capital mercantil internacional, que antes era voltado a algumas mercadorias específicas, e agora abrangem diversos outros produtos agrícolas. Esses produtos são geralmente aqueles que proporcionam mais lucros e estão ligados à modernização da comercialização.

Diante da modernização do meio rural, e de todos os acontecimentos que vêm acompanhando esse processo, os agricultores familiares encontram-se em uma situação, no mínimo, precária para se manter no campo. Montoya e Guilhoto (2001) afirmam que o agricultor familiar é aquele sujeito que, com a ajuda de sua família, cuida de uma pequena área de terra, cuja produção é parcial ou totalmente destinada ao mercado. O pequeno produtor rural, que mantém as características de uma produção familiar, em geral, não possui condições financeiras de adquirir equipamentos que possam aumentar significativamente a sua produção, dessa forma torna-se incapaz de competir com os grandes produtores.

Conforme Wanderley (2001):

[...] são numerosos os estudos que indicam a luta dos camponeses para terem acesso ao mercado, são igualmente inúmeras as referências às suas derrotas nesse campo de ação. Longe, porém, de desenhar uma direção unívoca, resultando na dissolução do setor, esses embates dão conta de processos complexos que construíram trajetórias diferenciadas nos diversos momentos e em diversos espaços do território brasileiro. (WANDERLEY, 2001, p. 39).

Além das dificuldades proporcionadas pelo processo de modernização do campo, os pequenos produtores familiares enfrentam ainda problemas como a falta de regulamentação em suas propriedades, falta de orientação técnica, escassez de capital para investir em equipamentos que poderiam otimizar o processo produtivo.

A PRÁTICA DA AGRICULTURA FAMILIAR FRENTE AO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO AGROPECUÁRIA

A agricultura familiar, segundo Wanderley (2001), é uma forma de produção na qual a família, além de ser dona da terra, é responsável pelo trabalho desenvolvido em sua propriedade. Além disso, a autora salienta que o caráter familiar não é apenas uma forma de se caracterizar tal atividade, esse caráter possui o poder de revelar suas características econômicas e sociais.

O desenvolvimento da agricultura familiar envolve a participação basicamente da família no processo produtivo, além disso, esse processo é desenvolvido sem a utilização de insumos. Outro fator importante que caracteriza essa atividade é o trabalho em “mutirão”, no qual as famílias prestam serviços umas às outras, como uma troca de favores.

Esta prática apresenta características específicas de um modo de produção cuja base não depende exclusivamente de um capital que sustente o processo produtivo, pois a atividade envolve os membros da família, que cultivam o alimento ou criam seus animais basicamente para manter sua vivência e suprir suas reais necessidades.

A prática da agricultura familiar atualmente encontra inúmeras dificuldades para manter-se em uma sociedade capitalista, cujos modelos produtivos seguem um padrão que, muitas vezes, o pequeno proprietário e sua família não possui condições de acompanhar.

Sabe-se que a produção agrícola em grande escala é consideravelmente mais favorável para o desenvolvimento da economia dos Estados nacionais. Essa produção é o resultado do processo de modernização do campo, que acarretou diversas dificuldades ao pequeno proprietário rural, e que não são as únicas.

Dentre as demais dificuldades enfrentadas por eles, está a falta de regulamentação das pequenas propriedades rurais, a insuficiência de meios de se produzir e comercializar os produtos cultivados pelo pequeno produtor, a insuficiência da renda obtida através da comercialização dos produtos, a falta de instrução dos agricultores com relação ao processo produtivo e, principalmente, a falta de espaço e oportunidade ao pequeno produtor de se sustentar dignamente no campo, mantendo-se fiel aos princípios herdados da agricultura familiar.

Entretanto, a agricultura familiar encontra algumas alternativas para se sustentar em meio às atribuições que vem enfrentando. Essas alternativas em geral são proporcionadas através do auxílio do poder público e de instituições que apoiam o agricultor familiar.

É nesse contexto que a agricultura familiar aparece como um modo de vida alternativo e, de certa forma, de resistência a uma sociedade capitalista e consumista, no

entanto, incorporando características da atualidade e adaptando-se ao contexto socioeconômico vigente.

Diante de tantas dificuldades, os agricultores familiares tiveram que incorporar características do mundo moderno para poder intensificar sua produção, ainda que sem perder as características da produção familiar.

Medeiros (2007) coloca a agricultura familiar como sendo uma atividade renovada, porém, preservando a essência da produção familiar. Segundo ele houve um processo de transformação no seu papel, sendo o campesinato tradicional convertido em produtor familiar o ponto dinâmico dessa nova categoria. O mesmo autor afirma que:

Essas unidades de produção familiar são distintas da empresa capitalista típica, pois buscam se reproduzir social e economicamente – considerando o meio físico e socioeconômico no qual se inserem –, assim como organizar e/ou realizar sua produção por meio da força de trabalho familiar. (MEDEIROS, 2007, p. 169)

Entende-se que a agricultura familiar reorganizou-se, assumindo características de uma economia alternativa, levando em consideração a atual conjuntura socioeconômica, podendo assim se estabelecer econômica e socialmente.

Segundo Santos e Rodríguez (2005):

As análises teóricas e os trabalhos empíricos que adotam a perspectiva do desenvolvimento alternativo são muito variados. Contudo, todos eles partilham um conjunto de pressupostos e propostas que constituem a coluna vertebral da teoria. Em primeiro lugar, o desenvolvimento alternativo é formulado com base em uma crítica de fundo à estrita racionalidade econômica que inspirou o pensamento e as políticas de desenvolvimento dominantes. Contra a ideia de que a economia é uma esfera independente da vida social, cujo funcionamento requer o sacrifício de bens e valores não econômicos [...], o desenvolvimento alternativo sublinha a necessidade de tratar a economia como parte integrante e dependente da sociedade e de subordinar os fins econômicos à proteção destes bens e valores (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2005, p. 46).

Nesse sentido, a produção familiar pode ser considerada um meio econômico e social alternativo de sobrevivência e resistência ao contexto capitalista mundial que prioriza o desenvolvimento econômico e o acúmulo de capital.

A produção familiar é caracterizada pela unidade familiar no desenvolvimento das atividades do campo e, muitas vezes, pela união de famílias em associações rurais, que visam o bem-estar da comunidade rural nos aspectos econômicos e sociais.

No que diz respeito especificamente à produção familiar rural pode-se perceber as oportunidades proporcionadas pelo governo, através de subsídio financeiro e programas de educação no campo, que auxiliam o pequeno produtor familiar a cultivar seus produtos de maneira sustentável; além disso, o poder público, às vezes, ainda fornece meios para a comercialização dos produtos cultivados.

As cooperativas⁵ representam um exemplo de alternativa para os agricultores familiares no seu processo de “inserção” no meio socioeconômico atual. Nesse sentido, o cooperativismo contribui para que o agricultor possa ter a oportunidade de intensificar e aperfeiçoar sua produção através de subsídios financeiros proporcionados por cooperativas, que por sua vez contam com uma porcentagem da produção dos cooperados.

Santos e Rodriguez (2005) afirmam que:

O cooperativismo considera que o mercado promove um dos seus valores centrais, a autonomia das iniciativas coletivas e os objetivos de descentralização e eficiência econômica que não são acolhidos pelos sistemas econômicos centralizados. Face à comprovada inviabilidade e indesejabilidade das economias centralizadas, as cooperativas surgem como alternativas de produção factíveis e plausíveis, a partir de uma perspectiva progressista, porque estão organizadas de acordo com os princípios e estruturas não capitalistas e, ao mesmo tempo, operam em uma economia de mercado. (SANTOS; RODRIGUES, 2005, p. 36).

As cooperativas, para os agricultores familiares, além de proporcionar novas formas de melhorar sua produção, aparecem como um meio alternativo de inserção na economia de mercado, que preserva a ideologia da coletividade e do bem comum, proporcionando meios de estabelecer relações comerciais geradas pelos pequenos produtores familiares que, em geral, visam apenas ao sustento da família.

Outro meio de promover o comércio da pequena produção rural são as feiras livres. Godoy e Anjos (2007) afirmam que:

As feiras livres constituem-se de uma intrincada teia de relações que configuram um diversificado conjunto de ocupações, fluxos, mercadorias e relações sociais, caracterizando-se primordialmente como uma atividade de trabalho informal essencialmente familiar, onde os envolvidos na operacionalização são geralmente membros da família [...]. (GODOY; ANJOS, 2007, p. 365).

Sendo assim, as feiras podem representar um espaço de comercialização característico da produção familiar, onde o consumidor pode encontrar produtos de melhor qualidade. Além disso, as feiras livres possuem a característica exclusiva de representar um espaço coletivo de integração e de troca de informações e experiências, como apontam Godoy e Anjos (2007).

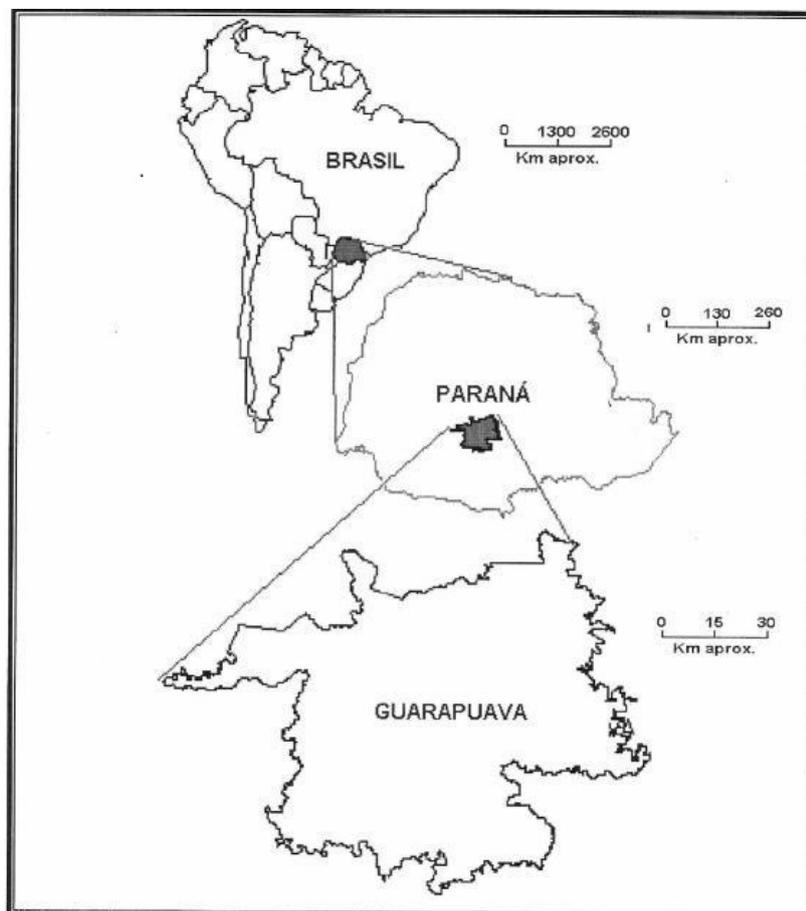
A REALIDADE AGRÁRIA DO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA, PR: A CONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES NO ESPAÇO RURAL DO MUNICÍPIO

Na região de Guarapuava, município localizado na mesorregião Centro-Sul do Paraná (Mapa 1), a prática da agricultura familiar possui certa representatividade. Segundo

⁵ As cooperativas podem ser entendidas como uma cooperação no processo de trabalho encontrado no início da civilização humana e fundamenta-se na propriedade comum dos meios de produção e na circunstância de o indivíduo estar preso à comunidade (MARX, 1989).

dados do Censo Agropecuário do ano de 2006, a microrregião de Guarapuava apresentava 296.101 hectares de área ocupada com a agricultura familiar, com cerca de 20.153 estabelecimentos.

Figura 1 - Mapa de localização do Município de Guarapuava (PR)



Fonte: Prefeitura Municipal de Guarapuava
Org: BINDA e GOMES (2007)

Muitos dos municípios pertencentes à microrregião de Guarapuava possuem economia quase que exclusivamente rural, e para algumas pessoas residentes na região a prática da agricultura familiar ainda é o principal meio de sustento.

Porém esta prática vem sendo afetada pela intensificação da modernização da agricultura, que se faz presente na região há várias décadas. Guarapuava teve seu processo de modernização agrária vinculado à instalação de empresas como a Cooperativa Agrária Agroindustrial e a Agrogen Desenvolvimento Genético, que são duas das mais importantes empresas existentes na região, responsáveis por uma significativa parcela da dinâmica econômica do município.

A análise da trajetória histórica da Cooperativa Agrária Agroindustrial (Figura 2) se faz necessária por se tratar de uma cooperativa que está presente na região desde a década de 1950, tendo o seu início ainda com a produção familiar. A Cooperativa surgiu a partir da vinda dos suábios do Danúbio, refugiados da região da antiga Iugoslávia,

que vieram para o Brasil durante a Segunda Guerra Mundial, pois nessa época a Europa oferecia poucas possibilidades de abrigo. Na região de Guarapuava, os colonizadores adquiriram uma área de 22 mil hectares de terras, com o objetivo de implantar um projeto que significaria uma alternativa de vida para os imigrantes (AGRÁRIA, 2009).

A introdução do cooperativismo no município e região, se deu através da vinda desses imigrantes, pois eles já possuíam uma longa tradição e experiência em cooperativismo. Assim, todos os imigrantes se associaram e, em sistema de mutirão, deram início às cinco colônias, construindo moradias e escolas (AGRÁRIA, 2009).

Com o decorrer do tempo os colonizadores começaram a passar por algumas dificuldades, pois os recursos eram escassos e as propriedades não geravam muito lucro. Porém, em meados da década de 1960, a Cooperativa, iniciou um processo de mudança e reestruturação, baseada no seu fortalecimento, criação de propriedades agrícolas eficientes e rentáveis. Além disso, a Cooperativa e seus associados contaram com o apoio do poder público, através de créditos em bancos e facilidade para a aquisição de bens, como insumos.

A partir da década de 1970, a Cooperativa Agrária Agroindustrial trouxe para o Brasil – mediante um acordo realizado entre os governos alemão e brasileiro – fertilizantes, colheitadeiras e outros equipamentos, a preço de mercado, possibilitando aos associados condições favoráveis de pagamento (AGRÁRIA, 2009). Dava-se, assim, início ao processo de modernização da agricultura em Guarapuava e região.

Figura 2 - Cooperativa Agrária Agroindustrial - Guarapuava/PR



Fonte: <http://www.agraria.com.br>
Org.: BASTOS, T. L

Atualmente Cooperativa Agrária Agroindustrial utiliza equipamentos de alta tecnologia em todo o processo de produção, a empresa possui uma Fundação de Pesquisa

Agropecuária, que tem por objetivo desenvolver e produzir tecnologias agropecuárias (AGRÁRIA, 2008). Hoje a agroindústria produz milho, soja, trigo, aveia e cevada, a empresa ainda comporta, entre suas unidades, um moinho de trigo, uma maltaria, uma fábrica de rações, e ainda incorporou a Coopersul, que é uma unidade de esmagamento de soja (AGRÁRIA, 2008).

A partir da análise realizada acerca das relações econômicas desenvolvidas pela agroindústria, percebe-se que a mesma, apesar de ser uma cooperativa, tendo se desenvolvido a partir da produção familiar e proporcionado subsídios para os pequenos produtores, acompanhou o ritmo de desenvolvimento agrícola inaugurado no Brasil na década de 1970, priorizando, desta forma, a produção em massa e a obtenção de lucro, através de investimentos em tecnologia, utilização de insumos e a produção dos grãos que são mais rentáveis e procurados no mercado.

Agrogen Desenvolvimento Genético (Figura 3), também uma das mais representativas empresas da região, foi fundada em 1990, é pioneira no setor de multiplicação genética no Brasil, produzindo matrizes de frango e peru. Possui um sistema produtivo completo composto por granjas, fábricas de rações, incubatórios e laboratórios (AGROGEN, s/d).

Figura 3 – Agrogen Desenvolvimento Genético - Guarapuava/PR



Fonte: <http://www.agrogen.com.br>. Org.: BASTOS, T. L.

Em Guarapuava, a Agrogen Desenvolvimento Genético produz apenas matrizes de frango, utilizando equipamentos de alta tecnologia no processo de produção. Essa agroindústria representa um novo ramo de produção no município, e, apesar de recente, já possui certa representatividade no que se refere à economia na região.

Essas empresas, que desenvolvem atividades distintas de produção, exploram as especificidades da agricultura e pecuária desenvolvidas na região, a fim de obter êxito na produção e lucratividade.

Entretanto, a disseminação de agroindústrias como estas causa diversos impactos na área rural do município, pois além de concentrarem uma considerável porção de terras para o desenvolvimento de suas atividades, limitando o espaço do pequeno produtor, ainda intensificam os impactos ambientais causados pelo desmatamento e o uso de agrotóxicos. Apesar de muitas empresas cumprirem as leis estabelecidas pelos institutos de proteção ambiental, os impactos ainda são perceptíveis e irreversíveis.

As agroindústrias aparecem como elementos aliados ao capitalismo, que visam à lucratividade e exteriorizam os aspectos sociais, embora no caso das cooperativas ainda se observe a inserção do pequeno produtor na economia do meio rural através de subsídios e conhecimento técnico proporcionado por elas. Porém, priorizam o crescimento econômico e a intensa obtenção de lucro.

Considerando tais reflexões, pode-se constatar que atualmente as agroindústrias representam os elementos articuladores da territorialidade econômica no campo, na qual estas empresas têm o poder de controlar os fluxos de produção e comercialização de mercadorias, reproduzindo, dessa forma, o espaço urbano.

A territorialidade das agroindústrias se faz por meio da apropriação do espaço rural, por objetivos principalmente econômicos, transformando o espaço, e acrescenta a ele características não originárias do espaço rural tradicional. Além disso, promove a diminuição do espaço do pequeno produtor do campo no âmbito econômico, pois a constituição destas territorialidades concede a essas grandes empresas o poder de gestão das atividades econômicas rurais.

Tendo em vista as dificuldades enfrentadas pelos pequenos produtores para continuarem vivendo no e do campo, a EMATER, Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural, apoia estes sujeitos através de programas que promovem o desenvolvimento da agricultura familiar no Paraná, e uma de suas formas de atuação no município de Guarapuava é o incentivo à realização da feira agroecológica.

A EMATER atua em diversas regiões do estado do Paraná, prestando assistência técnica aos agricultores que desenvolvem a agricultura orgânica, promovendo a produção de alimentos mais saudáveis e diminuindo a contaminação do solo e a intoxicação humana proporcionada pelo uso de agrotóxicos (EMATER, 2010).

A feira agroecológica (Figura 3), realizada duas vezes por semana na cidade de Guarapuava, proporciona aos pequenos produtores a oportunidade de vender os produtos cultivados no campo, os quais são produzidos sem desestruturar o equilíbrio ambiental do espaço ocupado para desenvolver a agricultura, ou seja, de maneira sustentável.

Assim, a partir de uma iniciativa que envolvia esforço de vários setores da sociedade, incluindo a o meio acadêmico, por meio da Extensão, a feira foi concebida, influenciada pela proposta do chamado Desenvolvimento Rural Sustentável, em que contextualiza Campos (2001):

De acordo com as discussões formuladas durante um seminário sobre Tecnologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, realizado em Porto Alegre, de 18 a 22 de setembro de 1995, ficou estabelecido que a construção de um novo padrão de desenvolvimento rural sustentável, em sua dimensão ambiental, deve levar em

consideração a importância de se criar nos municípios uma estrutura produtiva economicamente eficiente e socialmente equitativa, tendo por base a pequena propriedade agrícola. (CAMPOS, 2001, p. 319-320).

Em Guarapuava os esforços resultaram na construção da Feira Agroecológica por iniciativa de mediação da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Estadual do Centro-Oeste, Unicentro (Figura 4).

Figura 4 – Feira Agroecológica - Guarapuava/PR



Fonte: BASTOS, T. L.

Analisando o que foi estabelecido no seminário, entende-se que o desenvolvimento sustentável é uma prática desenvolvida por pequenos produtores que, em geral, já possuem uma tradição de cultivo não prejudicial ao ambiente, enfatizando o apoio do poder público nesse processo. No caso dos produtores que comercializam na feira agroecológica, os mesmos afirmam que recebem o apoio financeiro da prefeitura municipal do Turvo, PR, na região de Guarapuava, tendo a oportunidade de produzir alimentos para a merenda das escolas municipais.

Em entrevista realizada com os pequenos produtores que vendem seus produtos na feira, eles relatam que a mesma é um importante incentivo para a prática da agricultura alternativa, além disso, é uma oportunidade de comercialização da produção agroecológica do agricultor familiar. Os produtores afirmam que se a família toda trabalhar na lavoura, a renda obtida através da comercialização da produção, sem dúvida, possibilita o sustento da família.

A agroecologia consiste em sistematizar forças para manter um modelo de produção ecologicamente sustentável, que dispensa o uso de elementos químicos que possam intensificar a produção, pois é evidente que a prática da agricultura em grande escala não prioriza a boa relação com o ambiente natural, essa prática apenas considera a produção em massa e concentração do capital.

A produção agroecológica não deve ser considerada uma prática recente, pois o modelo de agricultura sustentável é constituído por conhecimentos empíricos de agricultores, os quais são passados de geração para geração. O modelo agroecológico considera, ainda, valores que o sistema capitalista e todos os seus elementos componentes exterioriza, tais como o respeito pelo meio ambiente e outras formas de vida.

E assim, como a agroecologia, existem no meio rural diversos outros elementos capazes de se articularem na constituição e no fortalecimento de territórios alternativos de resistência no espaço rural, representando a diversidade cultural, social, econômica e até mesmo política deste espaço, enquanto que as territorialidades, representadas e articuladas por agroindústrias, tendem a transformar o meio rural em um espaço homogêneo, cujos objetivos estariam direcionados para o âmbito econômico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença de forças e interesses por vezes antagônicos no espaço rural caracteriza um meio onde os atores sociais presentes, sobretudo identificados pelo agronegócio e pela agricultura familiar, aponta, no caso estudado, para uma disputa por território. Esta disputa materializa-se na conformação das áreas de produção e dos mercados.

Em Guarapuava, notadamente, o agronegócio sobressai-se nesse jogo de disputas territoriais. E esse fato é demonstrado não apenas pelos dados produtivos, mas também pela forte ação política e mobilização da classe patronal no município.

Por outro lado, a agricultura familiar encontra alento em algumas políticas públicas direcionadas à mesma e na sua organização. Nota-se que municípios no entorno de Guarapuava têm obtido mais êxito nesse sentido. Isso é resultado da organização e mobilização dos sujeitos sociais envolvidos diretamente com a produção familiar e agroecológica (como é o caso do município de Turvo, PR), e também da característica agrária desses municípios onde há uma presença maior da própria agricultura familiar e uma menor concentração fundiária.

As relações de trabalho no campo mudaram consideravelmente nas últimas décadas no Brasil, devido à inserção do modo de produção industrial no campo e otimização da comercialização dos produtos da agricultura moderna.

A intensificação da produção agrícola agroindustrial atingiu a população rural, que sempre trabalhou e viveu no campo, e que acabou por ceder espaço aos proprietários das agroindústrias geradoras de capital. Diante disso, as perspectivas dos agricultores familiares de manterem uma vida digna no espaço rural diminuíram imensamente.

Atualmente, devido a esse processo, os pequenos produtores perceberam a necessidade de se adaptar a essa situação, contudo, mantendo os princípios ideológicos e sociais da agricultura familiar, caracterizando a agricultura familiar como um modo alternativo de produção.

Muitos produtores rurais se reúnem em associações e comunidades com o objetivo de melhorarem seu processo produtivo e o acesso ao mercado, além de promoverem auxílio mútuo das famílias em diversas tarefas.

A agricultura familiar possui características específicas, herdadas pelas comunidades que exercem essa prática há muito tempo. Essas particularidades vão além das questões econômicas, fazem parte de um modo de vida de uma população que necessita e tem direito de viver e produzir dentro dos seus próprios padrões.

Os pequenos produtores familiares têm encontrado dificuldades para manter esses padrões, diante da intensificação da modernização da agricultura, nesse sentido é necessário que o poder público, instituições como universidades, institutos e empresas, proporcionem condições para que a agricultura familiar continue sendo desenvolvida, mantendo suas características produtivas e “sócio-organizacionais”, e promovendo a inserção econômica dessa produtividade no mercado.

O município de Guarapuava, apesar de apresentar uma territorialidade agroindustrial significativa, representada pela Cooperativa Agrária Agroindustrial e Agrogen Desenvolvimento Genético, ainda se caracteriza pela grande presença de pequenos produtores familiares, que podem simbolizar a resistência da agricultura familiar e seus princípios.

A agricultura familiar hoje aparece como uma atividade pouco reconhecida, devido às práticas modernas de produção, que promovem o desenvolvimento da economia, porém exteriorizam os aspectos sociais e ambientais, promovendo a produção em massa e esgotando tanto os recursos ambientais quanto os ambientes sociais rurais, caracterizando o rural como um espaço apenas econômico.

A prática da agroecologia no município, pelos agricultores familiares, representa não somente uma alternativa de produzir de maneira sustentável e comercializar um produto de qualidade, mas também envolve questões como o respeito ao meio ambiente e a preservação da biodiversidade local.

O contraste existente na configuração do espaço rural do município de Guarapuava é o reflexo do processo de constituição territorial de todo o Brasil. O município, apesar de se apresentar um tanto atrasado em relação ao avanço da modernização agrícola no Brasil, reflete o processo de constituição do mesmo, ou seja, com a presença do agronegócio representado pelas territorialidades econômicas rurais, que englobam elementos como a produção em massa, a agroindustrialização e principalmente a predominância da variável econômica no espaço rural; e a presença de territórios de resistência a esse processo, representados em geral pela sociedade rural que vê o espaço rural como um meio social, econômico e cultural de vivência.

REFERÊNCIAS

AGRÁRIA Cooperativa Agrária Agroindustrial. **Relatório Anual 2008**. Guarapuava: Agrária, 2009.

AGRÁRIA, História - Suábios do Danúbio. Disponível em: http://www.agraria.com.br/brasil/pagina.phpmenu=institucional&banner=institucional&institucional=instit_historia_suabios. Acesso em: 20 abr. 2010.

AGROGEN - Desenvolvimento Genético. **Agrogen**, 2009.

ANDRADE, Manuel C. de. **Agricultura e capitalismo**. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1977.

- CAMPOS, G. L. R. De. Agricultura familiar, gerenciamento ambiental e agroecologia: algumas questões provocativas a serem pesquisadas. In: **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Org. João Carlos Tedesco. Passo Fundo-RS: 3. ed. EDIUPF, 2001. p. 317-333.
- CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. Desenvolvimento Territorial: algumas reflexões teórico-conceituais derivadas de estudo monográfico. In: **Desenvolvimento Territorial e Agroecologia**. ALVES, A. F.; CORRIJO, B. R. e CANDIOTTO, L. Z. P (Org.). São Paulo, 1 ed. 2008, p. 47-61.
- EMATER - Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural. Disponível em: <http://www.emater.pr.gov.br/emater.php?emater=1&mid=87>. Acesso em: 20 abr. 2010.
- FAJARDO, Sergio. **Territorialidades Corporativas no Rural Paranaense**. Guarapuava: Editora da UNICENTRO, 2008.
- GODOY, I. W.; ANJOS, F. S. Dos. A importância das feiras livres ecológicas: um espaço de trocas e saberes da economia local. In: **Revista Brasileira de Agroecologia**. V. 2, n. 1, p. 364-368, fev. 2007.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. Niterói: EdUFF. São Paulo: Contexto, 2002.
- HEIDRICH, Álvaro Luiz. Território, integração socioespacial, região, fragmentação e exclusão social. In: **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. RIBAS, A. D; SPOSITO, E. S. e SAQUET, M. A. (Org.), Francisco Beltrão. UNIOESTE, 2004, p. 37-66.
- IBGE - **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo agropecuário 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm>. Acesso em: 20 abr. 2010.
- IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Os vários Paranás: estudos socioeconômico-institucionais como subsídio ao plano de desenvolvimento regional / Instituto Paranaense de Desenvolvimento econômico e Social**. - Curitiba: IPARDES, 2005. 305p.
- MARQUES, Maria Inez Medeiros O Conceito de Espaço Rural em Questão. In: **Terra Livre**. São Paulo, ano 18, n. 19, p. 95-112. Jul/Dez. 2002.
- _____, Maria Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. In: **Revista Nera**. Presidente Prudente-SP, ano 11, n. 12, p. 57-67, Jan.-Jun. 2008).
- MARX, Karl. **O Capital: O Processo de Produção do Capital**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- MAZZALLI, L. **O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização "em rede"**. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.
- MEDEIROS, R. M. V. A produção familiar e suas diferentes formas de representação. In: **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: UERJ, 2007. p. 169-198.
- MONTOYA, M.A.; GUILHOTO, J. J. M. Mudança estrutural no agronegócio brasileiro e suas implicações na agricultura familiar. In: **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Org. João Carlos Tedesco. Passo Fundo-RS: 3. ed. EDIUPF, 2001. p. 179-217.
- PEDRÃO, F. As transformações rurais do capital no Brasil. **Bahia: análise e fatos**, Salvador, v. 13, n. 4, p. 819-831, mar. 2004.
- ROMERO, J. I. **Questão Agrária: Latifúndio ou agricultura familiar**. A produção familiar no mundo globalizado. São Paulo: 1. ed. Moderna, 1998.
- SANTOS, B. S.; RODRÍGUEZ, C. As economias populares e o desenvolvimento na periferia e semiperiferia. In: **Produzir para viver**. Os caminhos da produção não capitalista. Org. Boaventura de Souza Santos, 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 44-64.
- SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. Território, Territorialidade e Desenvolvimento: diferentes perspectivas no nível internacional e no Brasil. In: **Desenvolvimento Territorial e Agroecologia**. ALVES, A. F; CORRIJO, B. R. e CANDIOTTO, L. Z. P (Org.). São Paulo, 1. ed. 2008, p. 15-31.

SAQUET, Marcos Aurélio; BRISKIEVICZ, Michele. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. In: **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 31, v. 1, 2009.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Espaço Geográfico Uno e Múltiplo. In: **Revista Eletônica de Geografia e Ciências Sociais**. Universidad de Barcelona, n. 93. Jul. 2001. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn-93.htm>. Acesso em: 03 jul. 2010.

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. Org. João Carlos Tedesco. Passo Fundo, RS: 3. ed. EDIUPF, 2001. p. 21-55.

Recebido em 15-11-2012

Aceito para publicação em 18-02-2014